

AS ALTERNÂNCIAS DO PODER MUNDIAL DESDE O FINAL DO SÉCULO XIX AOS DIAS ATUAIS: UMA CONSTATAÇÃO HISTÓRICA DAS INFLUÊNCIAS DO PODER ECONÔMICO E BÉLICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Aureo Ribeiro Vieira da Silva,
Tenente-coronel do Exército Brasileiro,
Mestre em Ciências Militares com ênfase
em Defesa Nacional, sendo atualmente o
Comandante do 2º Batalhão de Polícia do
Exército, sediado em Osasco-SP.
aureovieira@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar, com base nos fatos históricos ocorridos desde o final do século XIX até os dias atuais, como os poderes econômico e militar são capazes de manter as potências mundiais no topo do poder internacional desde a reunificação alemã em 1870 até os presentes dias. Existe uma ênfase acadêmica muito embasada e séria no estudo das escolas das relações internacionais, em que se busca uma isenção ao estudar o realismo, o marxismo e o liberalismo. Entretanto, o que se verifica, neste artigo, é que desde o final do século XIX até os dias atuais os atores mundiais que estiveram no ápice do poder internacional mudaram apenas de posição. Iniciando pela Europa, o domínio do concerto das nações atravessou o Atlântico e estabeleceu-se nos Estados Unidos da América (EUA), depois retornou parcialmente para a Europa nos tempos da Guerra Fria, mas paralelamente a isso, a China, que sempre gravitou nessa órbita internacional, também esteve ao lado dos mais poderosos em quase todo o período estudado. Conforme mostramos nesse artigo, os franceses Bouthoul e Carrère (1979) mostram que desde o final dos anos 1700 até 1974 os países que mais estiveram em guerra foram os que integram o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) desde sua criação a nele permanecem até os dias atuais. Isso, incontestavelmente, corrobora nossa análise da influência bélica e econômica na capacidade de barganha e poder das nações, no que pese os árdios estudos das escolas marxistas e liberal contra o realismo. Ao perpassar esse período em questão, verifica-se que o realismo tem sido uma notória “**realidade**” nas relações internacionais” e a história se torna, neste momento, uma grande aliada nessa comprovação.

Palavras chaves: Poder; Poder Internacional; Relações Internacionais; Potências.

1. INTRODUÇÃO

As discussões acadêmicas sobre poder nas relações internacionais estão, de algum modo, alinhadas a alguma ideologia, a alguma escola de relações internacional, a algum grupo específico da área política ou diplomática, enfim, atreladas a, talvez, prévios conhecimentos ou prévios conceitos quanto à política internacional. Sendo assim, alguns defendem a idéia de um direito internacional operando legitimamente entre Estados, outros defendem a idéia de coação econômica nessas relações, já outros a idéia de organismos internacionais capazes de solucionar os impasses supranacionais, enfim, uma gama variada de conceitos quanto ao poder na sociedade das nações e cada um desses grupos com suas defesas e legitimações.

Gostaria de lembrar as palavras do Luiz Toledo de Machado, quando, em 1972, ao tratar do poder mundial e da influência que as potências exerciam sobre os demais países, mencionou as seguintes palavras:

Sem dúvida, por força da realidade internacional, as iniciativas promanam, geralmente, das grandes potências, o que não significa, contudo, que possam continuar sendo privilégio exclusivo deles (Machado, 1972)

É bem provável que ele sugeria EUA e URSS, quando se referiu a grandes potências. Entretanto, quando se faz uma leitura atual de poder internacional, quadro em que o Brasil está inserido, naturalmente se observa que a tensão deixou de ser Leste-Oeste, após 1989¹, passando a ser Norte-Sul, ou seja, mudaram-se os atores, mas a verdade dita por Machado pode ainda ser uma realidade, com reflexos para a política exterior brasileira.

O que se pretende com esse artigo é realizar de algumas reflexões sobre o ideal do direito internacional “versus” a realidade das relações internacionais. Eu tive um professor de Direito Internacional Público, em 2000, que tinha uma convicção firme que as relações entre os Estados Nacionais seguiam literalmente as normas internacionais. Ele, por seu lado, não era culpado em sua crença. Conforme Silva e Accioly (1998, pág 3), “quanto mais perfeita a ordem jurídica, menor a necessidade de coação”. Isso se refere às relações internacionais.

Ao fazermos uma leitura da história mundial nos últimos 100 anos, quem mais esteve do lado dos atores das guerras foram as mais consolidadas democracias que temos exemplo: EUA, Inglaterra e França (BOUTHOUÏ e CARRÈRE, 1979).

O fim da Guerra Fria, com seus reflexos econômicos para as sociedades do esfacelado regime comunista e a polarização do poder mundial para o lado dos Estados

¹ Ano da queda do Muro de Berlim. Alguns autores consideram que o conflito Leste-Oeste (ideológico) passou a ser Norte-Sul (financeiro), em alusão à Yalta e Bretton Woods, em especial Rufin (1996).

Unidos da América (MEAD, 2006); a expansão além das fronteiras, na busca incessante de mercados consumidores, impulsionando a globalização, mormente a econômica; os conflitos localizados; a formação de blocos econômicos, visando a crescer economicamente regiões tidas como pobres ou em desenvolvimento, como é o caso da união dos Tigres Asiáticos ou dos países do cone sul da América Meridional; as mudanças profundas do pensamento jurídico internacional, procurando um enfoque mais centrado nos direitos humanos e no respeito à dignidade humana (BOUVIER, 2000) e menos no poder econômico, têm sido, entre tantas que se podem enumerar, as molas propulsoras das mutações que vêm sofrendo as relações internacionais.

Existe uma tendência natural dos chamados internacionalistas em atribuir ao direito internacional, com base em suas estruturas jurídicas legítimas e, conseqüentemente, com base nas normas jurídicas aplicadas com os mesmos critérios em estados diferentes, a capacidade de solucionar os conflitos existentes entre estados e, assim, ser a razão única dos benefícios que os participantes desses tratados venham a obter.

Essa não tem sido a realidade histórica. Exemplos recentes provam o contrário. O fracasso da ONU para se adaptar às novas realidades políticas no imediato pós-Guerra Fria levou a desastres no início de 1990 na Somália, Ruanda e Bósnia, bem como a incapacidade de estabilizar o Haiti. A ONU teve que aumentar seus recursos e estabelecer ambiciosos mandatos, que não refletiam a realidade dos conflitos intra-estatais entre os atores e cenários não-estatais. Essas falhas resultaram em um processo de contenção durante meados da década de 1990, que foi ainda agravada pelo declínio do apoio dos Estados Unidos (RAM, 2008). Posso citar os exemplos das chamadas Guerras do Iraque em 1991 e 2003, o caso da Coreia do Norte em 2010, que, sendo um país ainda médio de desenvolvimento humano², não foi sancionado e nem houve uma evolução desfavorável a ele, quando, segundo consta, teria afundado navios sul-coreanos e os EUA juntou-se à Coreia do Sul para impor sanções ou resolver o conflito³. Apenas para lembrar: a Coreia do Norte encontra-se no rol dos países que possuem armas nucleares⁴. A situação desta crise hoje está estabilizada.

Claro que não há como negar a força de barganha do poder econômico nas relações internacionais, mas, na política exterior, também, um grande muro protetor é o poder bélico de um país. Uso uma metáfora, que ainda precisa ser mais investigada, da qual não tenho a pretensão se julgar-me seu criador (embora ainda não a li em literaturas afins), em que digo:

² Em termos de IDH: o último divulgado foi em 1998, sendo 0,766 (na 75ª posição). Fonte: www.pnud.org.br

³ Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100725_coreia_eua_exercicio_sebc.shtml; acesso em 09 Out 11.

“quando dois países se apresentam para se relacionar entre si, primeiro eles mostram seu tigre (economia). Em caso de algum fracasso ou crise, eles mostram o seu leão (poder bélico, no qual se insere o poder nuclear)”.

Assim, a alternância do poder na comunidade internacional, desde o fim do século XIX até os dias atuais, levando-se em conta a influência dos poderes bélico e econômico nas relações internacionais, em detrimento do direito internacional público e das teorias das escolas das relações internacionais será estudada neste artigo, tendo como fases de análise a situação européia no final do século XIX, os períodos pré-I Guerra Mundial, inter-guerras, e o pós-II Guerra Mundial, até os dias de hoje.

2. O PODER MUNDIAL DO FIM DO SÉCULO XIX

Em termos de relações internacionais, após o advento do cristianismo e considerando raríssimas exceções, como a do Império Otomano, que exerceu papel importante na pulverização do poder internacional enquanto permaneceu firme, o poder mundial sempre esteve nas mãos dos europeus até as proximidades da I Guerra Mundial. O continente europeu exerceu, durante séculos, um papel hegemônico sobre o resto do mundo. Entretanto, no final do século XIX, com uma própria briga pelo poder interno, o Velho Continente viu iniciar-se a ruína de sua secular história de poder mundial.

Impulsionados pelas Cruzadas na idade média (na realidade, para muitos historiadores, as Cruzadas utilizavam a religião como desculpa para a busca de novos mercados consumidores ou fornecedores de matérias primas) e, posteriormente, na idade moderna, pela expansão marítima e comercial, as potências coloniais formaram verdadeiros impérios, com extensões bem maiores que a superfície de seus territórios.

Obviamente que suas culturas, seus apanágios étnicos, sua religião eram transmitidos aos povos dominados. Conseqüentemente, pela coerção, as imposições legais também iam sendo absorvidas pelas nações subjugadas. As palavras de Garcia (1982) são muito elucidativas quanto à essa “exportação” cultural, imposta, obviamente pela coerção às colônias, coerção esta alicerçada no poder bélico europeu:

A Europa do século XIX foi também rica em Literatura, Música e Artes. Na Filosofia, no pensamento político e econômico estabeleceu os padrões do mundo moderno. Garcia (1982)

⁴ Fonte: <http://nuclearweaponarchive.org/>

A Europa foi também o berço do pensamento liberal e do Iluminismo. Na Europa, ocorreram eventos extremamente importantes no contexto internacional, como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que foram essenciais para a organização das sociedades modernas, baseadas no capitalismo e na democracia liberal. Além disso, cada vez mais, esses eventos históricos a colocavam no ápice da pirâmide do poder, na sociedade internacional.

É importante ressaltar que a segunda metade do século XIX foi assinalada por vários fatos favoráveis ao progresso do direito internacional, entre eles o Congresso de Paris, em 1856; a 1ª Convenção da Cruz Vermelha, em 1864; a Declaração de 1868, contra Projéteis Explosivos ou inflamáveis; o Congresso de Berlim, em 1878; a Conferência Africana de Berlim, de 1884 a 1885; a Conferência de Bruxelas, em 1889 e 1890, que teve como objetivo deliberar contra o tráfico de escravos; a 1ª Conferência Internacional dos Países Americanos, realizada em Washington, de outubro de 1889 a abril de 1890 e a 1ª Conferência da Paz, de Haia, em 1899 (SILVA e ACCIOLY, 1998).

De acordo com Bouvier (2000), essas conferências tiveram interesses humanistas, de melhorias sociais, enfim, foram, de certo modo, relevantes para o direito internacional ou para amadurecer as relações internacionais. No entanto, o âmago dessas conferências eram questões econômicas, eram questões de interesses puramente localizados de um país, que pudessem se harmonizar com os interesses de outro país. Apesar desses esforços da comunidade internacional, tais conferências não evitaram as grandes crises que marcaram o final do século XIX.

Normalmente, nessas convenções ou conferências, o voto decisório ou a própria resolução saía do mais forte. Após uma pequena retrospectiva histórica, verifica-se que as conseqüências dessas conferências e de outras que viriam a ocorrer, de modo geral, buscavam atender aos interesses de estados fortes, com grande capacidade beligerante e que, normalmente, não eram atingidos em sua estabilidade. Os fortes nunca saíam prejudicados dessas conferências internacionais. Além disso, mesmo com pequenos atritos internos na Europa, os países europeus levavam suas crises para o terreno de suas colônias, enquanto o Velho Mundo ficava intacto e exuberante.

Após a Reunificação Alemã em 1870, a hegemonia britânica na Europa passou a ser desafiada pela Alemanha. Segundo Garcia (1982), a ambição de Bismark se limitou à unificação da Alemanha e isso permitiu que França e Inglaterra se reerguessem novamente, a partir de 1870, partindo para a busca de colônias e restaurando minimamente o espaço de poder.

A partir de então, o poder, dentro da própria Europa, começou a ser conquistado por outros países. Um dos reflexos dessa pulverização foi o enfraquecimento europeu no fim do século XIX. A França e a Alemanha disputavam a hegemonia com a Grã-Bretanha, enquanto que os Estados Unidos, o Japão e a Rússia faziam sua aparição como potências econômicas emergentes. A própria competição econômica acabou sendo uma das razões que levou à I Guerra Mundial, em 1914. A partir desse momento o poder mundial começou a perder seu centro de gravidade: Europa (JÚNIOR, 2011).

Apesar dessa busca incessante pelo poder, entre 1890 e 1905, as tensões na Europa foram abrandadas pelo deslocamento da expansão territorial, que se tornara possível pela abertura da China e da Ásia à exploração européia (GARCIA, 1982).

Paralelamente a essa situação de poder interno na Europa, o nacionalismo exacerbado também começou a ocupar seu espaço, lançando uma dúvida sobre a estabilidade hegemônica, econômica e bélica da Europa na época. Além disso, os Estados Unidos da América, do outro lado do Atlântico, e a Rússia, no lado asiático, também apareciam como potenciais ameaçadores ao poder exercido pela Europa nas relações internacionais de então.

Um ponto importante sobre essa combinação economia-poder militar reflete-se obviamente em sucesso quando um Estado mais poderoso entra em guerra com um mais fraco. Conforme Bouthoul e Carrère (1979), os países que mais estiveram envolvidos nas guerras ocorridas no mundo do final do século XIX foram Inglaterra, França, Rússia, China e Áustria-Hungria. Interessante salientar dois aspectos dessa realidade histórica. Desses países, apenas o império Austro-Húngaro deixou de existir. Os outros quatro, mais os EUA, que iriam despontar no poder mundial a partir do início do século XX, são exatamente os países que hoje integram o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Isso implica afirmar que, de um modo ostensivo e, em alguns casos, velado, os países que mantinham o poder mundial centralizado na Europa no final século XIX eram a Inglaterra, a França e a Rússia. Atualmente, esses três são a maioria dos que hoje compõem o CSNU, que, por suas características legais, é uma das entidades mais poderosas no concerto das nações. O poder mundial está, então, de acordo com nossa inferência, orbitando entre os mesmos países, pelo menos, há 250 anos.

Encerrando este primeiro capítulo, enfatizo as palavras de Bouthoul e Carrère, que escreveram:

A participação freqüente nos conflitos interestaduais (principalmente guerras estrangeiras) tem sido uma constante para as grandes potências, implicadas pela extensão e importância de seus interesses e ambições, na metade das guerras estrangeiras. (Bouthoul e Carrère, 1979, pág 52)

3. SÉCULO XX: DA I GUERRA MUNDIAL AO FIM DA GUERRA FRIA

Como já apresentado, a arrancada alemã, após sua reunificação em 1870, para disputar a posição de hegemonia com a Inglaterra, logo deu frutos no início do século XX.

Ora, a reunificação tornou a Alemanha uma potência industrial, o que gerou um vasto crescimento econômico e fez aumentar seu parque bélico, já que a indústria alemã tinha uma relação muito grande com a produção de equipamentos militares e armamento (GARCIA, 1982). Como demonstra Garcia (1982), havia uma relação forte entre o nível de poder bélico de um país com a sua economia.

Com essa impulsão, a Alemanha ganhou outros rivais e não somente a Inglaterra. Ela passou a ameaçar interesses econômicos e político-militares da Rússia e da França. Pontos não resolvidos do passado começavam a ressurgir novamente, especialmente, segundo Garcia (1982), em função dos interesses colonialistas.

As diferenças entre a França e a Alemanha tornaram-se acirradas pela disputa do Marrocos. Em 1906, ele foi cedido à França, por meio de um acordo. A anexação da Bósnia-Herzegovina pelos austríacos em 1908 causou uma explosão do nacionalismo sérvio, apoiado pela Rússia. Outros enfrentamentos, dessa vez entre Sérvia e Áustria, após as Guerras Balcânicas, aumentaram a tensão na região (JÚNIOR, 2011).

O que é interessante notar, nesse contexto, é a ausência de um consciente coletivo de organismos internacionais ajustados, de foco no bem-estar do homem, nos direitos humanos, na educação e na melhoria de qualidade de vida das colônias. O que a história nos esclarece é que o predomínio das relações internacionais focava-se nos interesses econômicos ou outros, de acordo com a época, como a expansão territorial por exemplo.

Lamentavelmente, o direito internacional não conseguia influir nessas questões inter-estados. Silva e Acciolly (1998) mesmo enfatizam:

O direito internacional só existe se existir estado, ou seja, o nacional. Sem o nacional não existe o internacional, sendo que o direito internacional está acima dos nacionais e é o interesse público dos nacionais.

Com isso, o interesse em estar ao lado do mais forte ou mais rico e proteger-se, levou a formação de alianças, baseadas em interesses econômicos e militares.

Na realidade, as alianças em busca de poder no continente europeu e a conseqüente possibilidade de liderar as questões sobre as colônias africanas e asiáticas começaram como um reflexo imediato da Reunificação Alemã. Com a Reunificação, os estados europeus,

nitidamente, passaram a encarar a possibilidade do surgimento de uma nova potência, o que viria realmente a acontecer anos mais tarde.

Em 1879, a própria Alemanha firmou um acordo com o Império Austro-Húngaro contra a Rússia. Três anos depois, a Itália, rival da França no Mediterrâneo, juntou-se à Alemanha e aos austro-húngaros, constituindo a Tríplice Aliança (GARCIA, 1982).

Em oposição notória à Tríplice Aliança, o Reino Unido tratou de tomar providências, a fim de barrar a expansão do poder germânico, formando, em 1904, junto com a França, a Entente Cordiale⁵.

A Rússia, ao tomar ciência que seus interesses estavam mais alinhados com a Entente Cordiale, pois ela vinha em um regime czarista de crescimento, embora fragilizado com a Guerra Russo-Japonesa, e a Alemanha certamente seria um óbice ao seu avanço, tratou de se desligar da Tríplice Aliança e juntar-se à Entente Cordiale.

Com a eclosão da I Guerra Mundial, em 28 de junho de 1914, cujo estopim teria sido a morte do arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo, a Áustria invadiu a Sérvia e na seqüência o complexo de alianças dos europeus acabou conduzindo os outros países à Guerra e ela estava delineada.

Entretanto, para escolher em qual lado lutar, os estados não analisavam questões jurídicas comuns, ou o respeito à vida ou qualquer outro paradigma de uma sociedade mais humanista. Os interesses econômicos e as rivalidades históricas mal resolvidas, além, claro, a opção de lutar ao lado do que, presumivelmente, fosse mais forte, eram os fatores preponderantes para que os chefes de estado ou seus parlamentos decidissem em qual aliança estariam (GARCIA, 1982).

Neste contexto, ou seja, no ambiente da I Guerra Mundial, quem aumentou suas vantagens em termos de poder mundial foram os EUA. Segundo Grieco (1998), os EUA ocupavam o 4º lugar em termos de produção industrial e, já em 1914, ou seja, no ano que

⁵ Nome dado às boas relações existentes entre a França e a Inglaterra, no início do século XX, de 1914 a 1918. Esta expressão divulgou-se após a assinatura de um tratado entre a França e a Inglaterra em 8 de abril de 1904, sob proposta de Eduardo VII. Por ele, as duas potências acabavam de vez com as suas questões e desavenças coloniais (algumas delas com muitos anos de existência), tendo em vista a prossecução de uma política comum; assim, como gesto de boa vontade, cada uma deixa livre à outra o Egito e Marrocos. Assim constituída, esta aliança vai-se afirmar de forma bem clara em determinados momentos de crise internacional; por exemplo, na conferência de Algeciras (1906) e no caso de Agadir (1911), a Inglaterra e a França surgem em bloco, impondo a sua força, inclusivamente militar. Aliás, uma das dimensões dessa aliança era, exatamente, a intervenção/colaboração militar entre as duas potências em caso de guerra ou agressão de terceiros. O deflagrar da Primeira Guerra Mundial (1914) trouxe esta realidade à colação: a *Entente Cordiale* representou o bloco militar que se opôs ao avanço dos Impérios Centrais, cooperando militarmente ao longo da guerra e recebendo a adesão de países como a Itália e a Rússia. (Infopedia:Porto, 2011)

eclodiu a I Guerra Mundial, passaram ao 1º lugar tendo sua produção maior que a soma das produções de França e Inglaterra.

Ainda de acordo com Grieco (1998), os EUA ganharam muito em termos de poder e mesmo finanças em função de sua neutralidade inicial na I Guerra Mundial. Entre 1913 e 1916, as exportações americanas cresceram 120%, sendo que desse montante, 43% eram destinadas aos Aliados. Após a Guerra, a ascensão dos EUA foi apenas uma questão de tempo, já que os Aliados, dos quais especialmente França e Inglaterra, iriam pagar suas dívidas com os americanos, levando-o ao topo, já naquele período entre - guerras, do poder internacional.

Sem pretensão de defender alguma escola das relações internacionais⁶, o que se observou como um fato histórico, neste contexto, foi que os interesses particulares dos países tornaram-se mais valiosos que as vidas de milhares de soldados e civis que morreram no embate.

Até mesmo o Japão, que vinha se tornando uma potência, já que do atraso oriental era a única exceção, despertou sua ambição nos domínios germânicos no oriente e engrossou o bloco contra a Alemanha. (GARCIA, 1981)

Vinte e quatro nações formaram uma ampla coalizão ao lado da Entente, que veio a ficar conhecida como Aliados. Do lado da Tríplice Aliança, duas modificações ocorreram: a Alemanha recebeu a adesão do Império Turco-Otomano, rival da Rússia e da Bulgária por questões de interesses na região dos Bálcãs, e da Itália, que inicialmente esteve ao lado da Alemanha, vindo a trocar de lado em 1915, depois de receber uma promessa dos Aliados que receberia parte de territórios turcos e austríacos.

Para quem procura uma análise imparcial sobre direito internacional e relações internacionais, fica difícil encontrar razões históricas para acreditar que, um dia, haverá direito internacional no seu sentido mais técnico e puro. O direito internacional tem evoluído, mas basta voltarmos nossos olhos para o passado para que tenhamos dúvida sobre sua eficácia no concerto das nações.

Ainda sobre a I Guerra Mundial, com a derrota russa consumada e o risco de a Alemanha avançar na frente ocidental e conquistar a França, os EUA entraram na guerra para decidir o conflito. Na realidade, o interesse norte-americano era preservar o equilíbrio do

⁶ As Relações Internacionais se orientam segundo dois eixos básicos: o da cooperação e o do conflito. Em termos teóricos, estes eixos se dividem em três correntes básicas: o realismo, o liberalismo e o marxismo (PECEQUILO, 2010).

poder na Europa e evitar que a Alemanha se tornasse hegemônica, já que os interesses americanos estavam mais alinhados com a Grã-Bretanha.

Além disso, conforme já mencionado, banqueiros americanos haviam feito grandes empréstimos à Inglaterra e à França e, obviamente, se estes fossem derrotados, seria difícil para os americanos receberem o pagamento dos empréstimos realizados.

Em julho de 1918, as forças inglesas, francesas e norte-americanas lançaram um ataque definitivo contra a Alemanha. A Turquia, a Áustria e a Bulgária renderam-se e a Rússia, com a Revolução Bolchevique já praticamente no poder, assinou um tratado de paz com a Alemanha: o Tratado de Brest-Litovsk. Esta, por sua vez, havia se isolado na guerra e graves reflexos surgiram internamente no país, pois a fome e a saúde tornaram-se extremamente precárias, levando o país a uma revolução social. Com a renúncia do “kaiser” alemão, exigida pelos EUA, um conselho provisório socialista negociou a rendição alemã.

Em 1919, foi assinado o Tratado de Versalhes, que ficou conhecido por ter posto fim à I Guerra. Aliás, esse Tratado criou a Liga das Nações⁷, que teria como um de seus objetivos mais sublimes impedir uma nova guerra. No entanto, o Senado Americano recusou-se a ratificar o Tratado e os EUA ficaram de fora da Liga. Segundo Garcia (1981) a Liga das Nações, praticamente, não teve nenhuma participação positiva no cenário internacional. Defendeu os interesses exclusivos de seus integrantes, embora sem muita força, pela ausência americana, e teve apenas como aspecto positivo o fato de ter sido o embrião da ONU.

Historicamente, a I Guerra ficou mal resolvida e gerou a II Guerra Mundial. Praticamente o que se buscava com a I Guerra só tornou-se realidade após o término da II Guerra. Entretanto, nesse período inter-guerras, o poder mundial deslocou-se da Europa e uma das maiores conseqüências da II Guerra Mundial viria a ser a bipolarização do poder mundial.

O poder mundial, assim, após a I Guerra mundial, deu um salto para o outro lado do Atlântico, pois os EUA saíram em vantagem em relação a todos os europeus, forçados a se reconstruírem em função da destruição deixada pela guerra.

Como nosso objetivo é tratar sobre as variações ou alternâncias do poder na sociedade das nações, já se pode depreender que, desde o início do século XX, o poder foi atravessando para o lado norte-americano, fato que se consolidou após a I Guerra Mundial.

Entretanto, antes que se inicie uma análise das influências da II Guerra Mundial (GM) sobre os centros de poder, é interessante que compreendamos o cenário internacional

⁷ De acordo com Hårleman (2006), logo no período subsequente à Primeira Guerra Mundial, fundou-se a Liga das Nações. Porém, esta Organização nunca foi acreditada e como conseqüência falhou em evitar a II Guerra Mundial.

pré-II Guerra, bem como durante o período do conflito, de modo que se possa compreender com clareza a nova situação do poder mundial no pós-II GM.

No período entre a I e a II GM, a Europa estava em reconstrução e os americanos desfrutavam de um crescimento invejável, apesar da crise ocorrida em 1929 (GARCIA, 1982). A Rússia, do outro lado, fechou-se ao Ocidente, após a vitória da Revolução Russa, e passou a denunciar a democracia liberal e a objetivar um rápido crescimento econômico, a despeito das graves violações dos direitos humanos que viriam a ser concretizadas na consolidação do novo regime.

Segundo Júnior (2011) a França e a Inglaterra, tidas como as vencedoras da I GM na Europa Ocidental, trataram de definir suas políticas coloniais e de firmarem sua aliança, com as devidas dívidas morais e pecuniárias aos americanos, para que se mantivessem na posição de líderes na Europa.

A Itália, embora tida também como uma das vencedoras, estava ferida em seu orgulho e também grandemente perturbada pela inquietação industrial. Além disso, apresentava um alto índice de analfabetismo e pobreza, o que serviu, alguns anos à frente, de grande fertilidade para o Fascismo.

Na Alemanha, os sociais-democratas assumiram o poder, procurando estabelecer uma constituição mais liberal e abandonar a resistência passiva aos franceses. Os alemães também acabaram contraindo grandes empréstimos com os americanos para pagarem suas reparações. Os países credores da Alemanha, em especial França e Inglaterra, deviam para os EUA e esse dinheiro voltava para a América do Norte. Assim, o sistema inteiro passou a depender do livre fluxo de dólares da América para a Europa e havia, obviamente, um sério risco de uma quebra no eixo EUA-Europa, o que de fato aconteceu em 1929, com a crise da Bolsa de Nova Iorque.

Entretanto, a alta capacidade alemã de se reorganizar, levou-os novamente a uma situação de sensível vantagem sobre os outros países europeus. Além disso, o nazismo, que ora surgia na Alemanha, impulsionado pelo exacerbado nacionalismo alemão, avançou, sensivelmente em suas idéias cada vez mais radicais em relação aos dogmas da raça ariana.

O cenário estava caminhando para crise. De fato, após a I GM, todos os problemas vividos antes na Europa não foram resolvidos, ao contrário, agravaram-se com a destruição que a guerra trouxe para a infra-estrutura, estabelecendo a fertilidade da crise e do conflito pós-I GM.

A inevitável II Guerra Mundial (II GM) eclodiu em 1939. Com isso, novamente as alianças, motivadas puramente por interesses econômicos, começam a aparecer. As

inimizades históricas, neste momento, deixaram de existir, em nome da “*democraeconomia*”, ou seja, dinheiro. (JÚNIOR, 2011)

Com o final da II GM (aqui dou um salto nos eventos do referido embate, haja vista não necessitar de um aprofundamento específico da guerra, já que nosso interesse é o poder internacional), o cenário mundial, mais uma vez, acaba se moldando aos interesses daqueles que se saíram como vencedores da guerra. Aqueles que, de algum modo, tinham o poder decisório em suas mãos, nas relações internacionais, o tinham em função da capacidade bélica que atingiram para usarem de coação com os mais fracos (KEEGAN, 2006).

Segundo as palavras de Keegan (2006):

No auge do seu poder, Hitler havia controlado territórios habitados por 260 milhões de pessoas, duas vezes mais que a população dos Estados Unidos. Ele havia sido a causa direta das mortes de, no mínimo, 20 milhões.... A Alemanha, que fora o Estado mais populoso e mais poderoso da Europa Central, foi dividida, ocupada, faliu e foi paralisada. (KEEGAN, 2006, pág 127 e 128)

Ora, a referida divisão da Alemanha foi exatamente a nova marca do poder mundial. Do lado oriental de Berlim, a Rússia; do lado ocidental, os EUA. Iniciava-se a Guerra Fria.

A partir de 1945, houve prolongada inimizade entre a América e a URSS (já usava essa abreviatura). A Ásia e partes da África foram libertadas do domínio europeu e verificou-se grande, embora precária, prosperidade no Ocidente. A Rússia, assim, no outro lado da balança, despontou como a segunda potência econômica e militar do mundo.

É interessante que se ressalte o fato que a antiga Rússia (fim do século XIX), mesmo mais afastada do ocidente europeu, gravitava em torno do poder, como já apontado neste artigo. Novamente, o poder retornou aos russos, dividindo-o desta feita com os EUA.

A Guerra Fria, iniciada com o final da II GM, foi a bipolarização do poder mundial, que iria magnetizar a maioria dos países de então, mormente os mais desenvolvidos, até o ano de 1989, quando houve a queda do muro de Berlim. Ora, o poder mundial, agora, estava na mão de russos e americanos.

Os russos mantiveram sua política expansionista do regime, enquanto os Estados Unidos, do outro lado, iam obstando, de todos os modos, os avanços comunistas no cenário internacional. Não vamos nos ater aos motivos que impulsionaram a Rússia desde a Revolução Bolchevique em 1917⁸ até o fim da II GM, mas existiram aspectos decisivos para

⁸ Fevereiro de 1917 foi um período difícil para a Rússia. A guerra contra os alemães tomara um rumo desastroso. Após idas e vindas, Lênin foi exilado na Finlândia, mas retornou em outubro daquele ano e conduziu uma ação no dia 25 de outubro, levando os bolcheviques a tomarem as pontes sobre o rio Neva. Os bolcheviques tomaram o poder em outubro de 1917 e depois o Partido Bolchevique se transformou no Partido Comunista, permanecendo no poder durante quase todo o século XX (DANIELS e HYSSLOP, 2005)

o avanço soviético no poder mundial, estabelecidos pela teoria conhecida como universalidade do regime.

O que manteve essa divisão de poder intacta durante muito tempo (cerca de 45 anos), caso trabalhemos com o período 1945 (fim da II GM) até 1989 (queda do Muro de Berlim)? O que respaldou essa polarização de poder?

Será que a Organização das Nações Unidas⁹ (ONU), criada exatamente após a II GM, que na realidade deveria ser imparcial e contra essa bipolarização, não contribuiu para isso? Será que era o respeito que russos e americanos nutriam pelos direitos humanos ou pelas normas jurídicas internacionais ou mesmo um pelo outro seria suficiente para mantê-los intactos?

Não, obviamente que não. Era a força do dinheiro, era a força das armas, era a força do “status” de ser uma potência.

Durante a Guerra Fria, várias direções foram tomadas por ambas as potências de então, no sentido de não perderem mais a posição de mandatárias. A corrida armamentista, a guerra espacial, as políticas econômicas, as políticas expansionistas russas e, em contrapartida, as políticas americanas de freio ao comunismo, enfim, muitos rumos que, para americanos e russos, os manteriam no auge do poder das nações.

Segundo Júnior (2011), surgiu uma falha do lado soviético. O regime de Moscou começou a não suportar a globalização e sua economia, que já vinha enfrentando grandes óbices, acabou ruindo, culminando com a tão conhecida “Queda do Muro de Berlim”. O que derrubou Moscou acabou não sendo a falta de políticas sociais, acabou não sendo o seu tão expressivo parque bélico, acabou não sendo, por si só, o regime comunista. O que derrubou Moscou foi a economia. Eles não conseguiram administrar as suas graves crises.

Em um rumo paralelo, com um comunismo não alinhado a Moscou, a China, embora com os muitos espinhos encontrados em sua Revolução Cultural, mantinha-se intacta e, de certo modo, imune aos terríveis reflexos da globalização, que nada mais foi, no início, que a ocidentalização do oriente. Essa China conseguiu se segurar e acabou crescendo, mesmo que escravizando seus trabalhadores. A URSS deixou de ser URSS e passou a ser a Rússia. As várias nações que se escondiam sob a capa da URSS resolveram tomar rumos próprios. Resolveram assumir a identidade histórica que lhes cabia, mas assumindo todos os problemas que nasceriam da independência.

⁹ A ONU foi criada em 1945, em substituição à Liga das Nações (RAM, 2008)

Na década de 90, além da questão econômica, outro assunto começou a incomodar as nações. A explosão das nacionalidades sufocadas pelas guerras, tratados e outras conveniências internacionais (RAM, 2008)

É aí que entra uma reflexão que nos remete às escolas das relações internacionais. Será que é tão simples gerir relações internacionais tão somente pelo direito internacional, por uma compreensão humanitária de se respeitar normas e acordos firmados entre Estados?

De acordo com Júnior (2011), outro ponto que vem afetando as relações internacionais de maneira intensa neste início de século e que teve início acelerado no final do século XX é a questão étnica. Quanto mais surgem antagonismos motivados pela etnia, mais enfraquecimento sofre a região onde os conflitos ocorrem e, quanto mais se fortifica o espírito da nacionalidade, mais crescimento decorre dessa união nacional. Acontece que esta questão não tem afetado diretamente as atuais potências militares e econômicas, como EUA e China, ou mesmo alguns países da Europa. Essa questão é ainda realidade no continente africano e asiático e pode, ainda, dar muito assunto para os estudiosos das relações internacionais.

4. PROGNÓSTICOS PARA O PODER DAS NAÇÕES NO SÉCULO XXI

Uma edição da revista *The Economist* em 1998 (JÚNIOR, 2011) publicou o instigante artigo: *O Próximo Balanço do Poder*. Nele, estabelece-se uma projeção, para o prazo de trinta anos, do poder potencial dos principais países e regiões do planeta. A conclusão é clara e permite dizer: somente a China terá condições de equiparar-se aos Estados Unidos no papel de superpotência. Observa-se que esse artigo foi escrito em 1998, ou seja, há quase 14 anos. Parece uma profecia que vem sendo cumprida.

Recorrendo aos elementos clássicos determinantes das bases de poder estatal, a revista elaborou uma pontuação comparativa projetada para o tempo de três décadas.

Neste estudo, os Estados Unidos atingem uma classificação de 14 pontos, enquanto a China se situa no patamar de 13, bem distante dos demais competidores. A Rússia, apesar de seu armamento nuclear, somente conseguiu obter 8 pontos nessa avaliação.

Ainda de acordo com a revista, a China apresentou uma capacidade intrínseca de valores que não se vê presentes em outros países, ou seja: um concentrado sentido nacionalista, um sentimento de revanchismo histórico - fruto das humilhações acumuladas ao longo de muitos anos - e pujança econômica. Estas características lhe conferem o perfil de superpotência.

A diferença da confrontação existencial que se deu durante a Guerra Fria, com a existência de dois sistemas de valores irreconciliáveis, sem retirar o aspecto competitivo, parece não ser a tônica dos tempos futuros. Os chineses estão adentrando fortemente na rota do capitalismo e do livre mercado e, concomitantemente, procuram enfatizar o pragmatismo ancestral advindo de Confúcio, triunfo de uma lógica unificadora. Entretanto, ainda nos dias atuais, a China incorre nos erros decorrentes da falta de democracia, pois ainda se mantém como um país fechado quando o assunto é democracia, direitos humanos e liberdade.

Tampouco as aspirações chinesas sobre Taiwan e a subsequente tutela norte-americana sobre este país insinuam-se como gerador potencial de uma crise. O mesmo pragmatismo chinês, unido à crescente aproximação de seus modelos econômicos, seguramente conduzirá a um acordo negociado e pacífico entre Pequim e Taipei. O exemplo da fusão de Hong Kong à China evidencia um bom indício neste sentido.

O salto para um futuro enfrentamento poderia vir pelo questionamento das tensões e rivalidades comerciais. Isso, ampliado pelos componentes de nacionalismo e revanchismo histórico presentes, poderia transformar-se na fonte de prováveis conflitos.

Ainda segundo Júnior (2011a), buscando fundamentação em um estudo do “Georgia Institute of Technology” publicado em <www.nextbigfuture.com>, uma previsão é que, em 2030, o portentoso país asiático irá superar a economia americana, fruto das medidas que tem colocado em prática, no sentido de desenvolver, de forma ativa e fecunda, destacados setores da ciência e da tecnologia, e converter esses desenvolvimentos em produtos e serviços para serem lançados, de modo impactante, no mercado mundial.

Em 2015, a China deverá, segundo previsões, estar importando sete milhões de barris diários de petróleo, elemento vital para sua sobrevivência econômica. A necessidade de controlar as rotas marítimas por onde passe essa força energética produzirá a inevitável rivalidade com os EUA, que sempre definiram, no campo estratégico, o Oceano Pacífico como um “mare nostrum”¹⁰.

Porém, diferentemente do Japão, da Alemanha e outros países que almejam um “status” de potência mundial (África do Sul, Índia e Brasil) a China já é uma potência nuclear e militar¹¹.

A China possui características fisiográficas extremamente favoráveis ao seu ritmo e maneira de crescimento. Ela não depende tanto como o Japão de outros países em relação a

¹⁰ Disponível em < <http://www.ebooks.avbl.com.br/biblioteca2/lv1/temas/08.htm>>, acesso em 15 Nov 11

¹¹ Disponível em < http://www.sipri.org/research/armaments/nbc/nuclear/nuclear_forces_development_default> e < <http://www.globalfirepower.com/>>, acesso em 28 Dez 11.

matérias primas e à produção agrícola. Ao contrário, a China até conseguiria se manter isolada, caso assim precisasse para resolver seus problemas internos.

Diante desse cenário prospectivo, será que poderemos vaticinar que estas serão as bases da ordem bipolar do Século XXI. Nada se pode afirmar com certeza científica, pois as mudanças no cenário internacional, justamente com o advento das modernas tecnologias, são extremamente dinâmicas. Embora não se possa afirmar nada com relação ao futuro, pode-se, sim, olhar para trás e ver o que a história nos tem ensinado sobre o que dá capacidade de barganha a um Estado nas relações internacionais, ou, pelo menos, vem dando essa capacidade desde o fim do século XIX.

5. CONCLUSÃO

Como nosso objetivo era mostrar a relação da força econômica e militar, ao longo de um período da história, nas relações internacionais, creia-se que, em parte, ele foi atingido.

O poder de decisão no cenário jurídico internacional sempre esteve ao lado de quem podia dar as regras do jogo. O mais fraco nunca deu as regras. Essa afirmação não tem fulcro em fortalecer ou enfraquecer uma ou outra teoria das relações internacionais. É fruto tão somente do que a história tem mostrado nos últimos dois séculos, como comprovado no presente artigo.

A Europa sempre foi o centro das decisões no concerto das nações, mas no início do século XX seu poder começou a ser dividido com outros países, como os Estados Unidos, a Rússia e o Japão. A China, por sua vez, periféricamente, também sempre aparecia como ator de força nesse contexto. Será que esses países (EUA, Rússia, Japão e China), que surgiram como atores no poder mundial, seriam capazes de pulverizar o poder europeu tão somente pelo convencimento dos tratados e convenções? Obviamente que não. Eles já possuíam força suficiente para barganhar. Força do dinheiro e força das armas.

Com a I Guerra Mundial, longe do centro nervoso de combates, os Estados Unidos aproveitaram-se da situação para se enriquecer e assumirem a primeira posição na sociedade internacional. Via força econômica, comprou parte do poder britânico, francês e alemão, por meio de gigantescas somas de empréstimos a esses países para que eles se garantissem na guerra. Posteriormente, entraram na guerra para fazer França e Inglaterra vencedores e não dar chances para que eles se tornassem inadimplentes.

Após a II Guerra, mais uma vez o poder da Europa tornou-se praticamente inócuo, ainda mais com a divisão de Berlim e o avanço soviético, que criou um “campo magnético do

poder mundial”, que veio a ser conhecido como o período da Guerra Fria. Os pesados investimentos russos e americanos em tecnologia militar e industrial fizeram com que ambos os países se mantivessem por muito tempo na liderança das decisões mundiais.

Acontece que outras variantes são fundamentais para a manutenção estável do “status” de potência mundial. A questão econômica, voltada para o lado social, a questão da nacionalidade, a questão das liberdades democráticas, de um mercado mais flexível e liberal (não digo um mercado que se deixa vender por completo), entre outras, devem estar bem resolvidas, pois, caso contrário, cedo ou tarde, implodirão com a sociedade que convive com elas.

A URSS não conseguiu se manter com a economia desequilibrada e fechada, ao mesmo tempo que mantinha a tutela de várias nações diferentes. Ressalta-se que, nesse caso, existiam diferenças extremas, pois dentro da própria URSS, ao mesmo tempo, podia-se ver nações católicas e nações mulçumanas; ocidentais e orientais, ou seja, diferentes sendo forçados a serem iguais. Esse problema, um dia, viria à tona e enfraqueceria o império soviético.

Caiu o muro de Berlim e mais uma vez o poder andou. A parte que cabia à URSS passou para o outro lado do Atlântico e foi-se encontrar com sua outra parte irmã, na América do Norte. Assim, o domínio norte-americano passou a ser uma realidade, um poder hegemônico, tanto que é tido pelos especialistas como a única super-potência mundial.

O poder americano pode ser ameaçado, como vimos, por outras nações, que, aparentemente, não buscariam um confronto militar, mas investem no poder bélico como se fosse existir esse confronto, como é o caso da China.

Em que pese tantos internacionalistas discutindo teses, tratados, teorias, ensaios e mesmo as teorias das relações internacionais, não há como negar, julgando pela base histórica, a força econômica e militar nas relações internacionais.

A maioria dos juristas que se especializam em questões internacionais, bem como os estudiosos das relações internacionais (claro que não são todos), por uma questão de formação acadêmica e ideológica, acaba deixando de lado a questão histórica, alinhada com a estratégica, militar e econômica, além das rivalidades étnicas e se apegam a pontos exclusivamente ligados a teorias e aspectos doutrinários.

Quando se deixa a história de lado e se foca apenas em teorias clássicas ou escolas, é simples falar em direitos humanos, direito comunitário, direito humanitário e outros aspectos que existem muitas vezes utopicamente nos livros, mas que não são comprovados pela história.

Quando ocorre uma solenidade de abertura de jogos olímpicos, as delegações desfilam alegres, sorridentes, mostrando suas bandeiras com orgulho, como se ali todos fossem irmãos. Quando começam as competições, esquece-se toda aquela alegria passional da abertura e o que passa a valer é a medalha de ouro. O que vale é levar medalhas para casa.

Muitos esquecem o valor da vida e da competição e tomam narcóticos para se superarem. As competições são extremamente acirradas e parecem até que estão em guerras.

Assim são as relações internacionais. Quando se fazem congressos internacionais sobre qualquer assunto, quando a ONU se reúne, quando a OEA tem que deliberar sobre algum assunto de sua área, ou, enfim, qualquer outro tipo de encontro onde são vistos os ricos e os pobres, é como se estivéssemos na abertura das olimpíadas. Tudo é bonito. Pode se ver Fidel Castro (caso não estivesse doente) abraçado a Barack Obama, verifica-se russos dando beijos quentes nos britânicos, pode-se até enxergar autoridades brasileiras felizes com mais um pacto firmado.

No entanto, quando saem dessas reuniões internacionais, é como se começassem as competições e, aí, vale tudo para se ganhar a medalha. Aí, vale o que a arbitragem decidir e, no caso, um dos fortíssimos componentes da arbitragem são os que mandam na ordem internacional. Relembrando, um desses é o Conselho de Segurança da ONU, que é composto por aqueles que desde o início deste artigo estão no cenário do poder mundial: EUA, Rússia, China, Inglaterra e França.

Quando o Grupo do Oito se reúne, ou a rodada de Doha, ou o Grupo dos Vinte ou qualquer outro desses grupos da ordem internacional, o que se discute não é a dignidade do pobre africano que convive há tempos com um outro africano de origem étnica diferente, não são as milícias afegãs que estão assustando o mundo com seus extremismos religiosos, mas discutem o preço do petróleo para o próximo semestre, ou como vai ficar o mercado comum da Europa, ou quem vai resolver o problema interno vivido por um outro país que não quer ninguém se metendo em seus problemas.

Eles discutem a importância “ambiental” da Amazônia, com uma pureza de uma criança de dois anos. E aplaudimos.

BIBLIOGRAFIA

ABRIL Editora, **Almanaque Abril**, Versão 1998.

BOUTHOU, Gaston; CARRÈRE, René. **O desafio da Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1979.

DANIELS, Patricia S.; HYSLOP, Stephen G. **Atlas da História do Mundo – National Geographic**. São Paulo: Ed. Abril, 2005.

GARCIA, Eduardo – **História da Civilização** – volumes 3 e 4 – Editora Waldré- Goiânia, 1982;

GUERRA, Escola Superior de – **Artigos avulsos** – Publicações na Internet - Rio de Janeiro – 1999 e 2000;

_____, Escola Superior de – **Fundamentos Teóricos** – Edição Revisada- Rio de Janeiro – 1983;

HÂRLEMAN, Christian. **Introducción al sistema de la ONU: orientación para servir en una misión de la NN.UU**. Williamsburg: Instituto para Formación en Operaciones de Paz, 2006.

JÚNIOR, Manuel Cambeses. **A China - EUA: a luta pela supremacia mundial**. Disponível em <http://www.reservaer.com.br/estrategicos/china__eua.html>, acesso em 22 Dez 1.

_____, Manuel Cambeses. **China x EUA: bipolaridade no século XXI**. Disponível em <<http://www.reservaer.com.br/estrategicos/china-eua.html>>, acesso em 05 Nov 11.

MALTHUS, Thomas Robert – **Ensaio Sobre a População (Original: An Essay on the Principle of Population)** - Edição Brasileira do Círculo do Livro- São Paulo- 1996;

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais**. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

RODRIGUES, José Honório. **Aspirações Nacionais**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, G.E. do Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual do Direito Internacional Público**. 13ª Ed – São Paulo, 1998

SMALL, Gretchen e Dennis, da Executive Intelligence Review– **O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as Nações da Ibero-América** -1ª Edição Brasileira- Rio de Janeiro- 1997;

TOFLER, Alvin e Heidi – **Guerra e Anti-Guerra** – Edição Brasileira - Record – 1996.

CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS PAULINO SOARES DE SOUSA

Universidade Federal de Juiz de Fora

